



EXEMPLO DE SOLDADO E CIDADÃO

A. de Lyra Tavares

Por tudo quanto eu pude ler, ouvir e observar sobre a personalidade impoluta do General Pantaleão Pessoa é que me julgo em condições e no dever de recordá-la, como homenagem da minha grande admiração, no momento em que o Exército comemora o centenário do nascimento daquele inesquecível Chefe, que tanto deu de si para honrá-lo e engrandecê-lo, ao longo da carreira militar, marcada pela sua dedicação integral ao serviço, aos estudos profissionais e ao culto das virtudes cívicas, como verdadeiro apostolado.

Intransigente na fidelidade aos princípios e convicções que lhe nortearam a vida, exemplarmente vivida, como cidadão e como soldado, ele sempre foi um escravo do dever militar, sem medir sacri-

fícios nem poupar esforços para servir ao Exército e dignificá-lo, procurando, para isso, manter-se fiel à nobreza da sua destinação constitucional, o que lhe custou muitos dissabores e desencantos na carreira, por considerá-lo como instituição apolítica, imune aos interesses, às pressões e ao jogo dos partidos, voltado, unicamente, para o serviço da Pátria, da lei e da ordem.

Os erros e desvios da nossa mentalidade quanto ao papel dos militares no quadro nacional vinham, para ele, desde a intromissão dos políticos no Exército e de militares na política, no processo com que os ativistas do movimento republicano se interligaram para a mobilização, de um lado e do outro, dos adeptos das correntes de idéias, reunidos na identidade da

causa, para a capitalização dos erros da monarquia com o fim de derrubá-la, valendo-se, principalmente, da chamada "Questão Militar".

É claro que tudo isso teria que sacrificar os princípios da disciplina e do dever militar, sob o impacto das razões políticas, tornadas circunstancialmente prioritárias tal como voltaria a ocorrer depois, na interminável repetição das crises, a partir do próprio governo de Deodoro, que iria exigir de Benjamin Constant, seu Ministro da Guerra, providências enérgicas contra pronunciamentos de militares pelos jornais, a ponto de substituí-lo por Floriano Peixoto, mais indicado pela sua energia.

O problema voltou a repetir-se, ao longo da história da República, nas sucessivas crises políticas que punham a claro as deficiências do seu arcabouço político para a consolidação do regime, a despeito do surgimento da idéia esdrúxula e insustentável de o erro estar num confronto periódico entre civis e militares, chegando a criar-se a idéia de correntes militares e civílistas, como ocorreria, a ponto de erigir-se o Exército numa espécie de instituição política, no quadro da República, no caso da disputa entre as candidaturas de Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, a despeito das reiteradas manifestações do eminente estadista civil, até mesmo em conferência feita no Clube Militar.

É um mal de origem que só pode ser neutralizado, nas suas causas, pela profissionalização da carreira militar e pela predominância

do espírito público no preparo dos quadros políticos, inteiramente separados nas suas vocações e finalidades.

Foi o que levou o General Pantaleão Pessoa a declarar, nas suas *Reminiscências*, com base nas observações de uma carreira de integral dedicação ao Exército: "O poder não é só majestade, segurança e direito de impor; é também sacrifício. A exorbitância de militares, além de não ser militarismo, não precisa de civilismo para ser combatida. É simplesmente esquecimento do dever."

O mal está, sem dúvida, não apenas na instabilidade e inadequação da nossa estrutura institucional, não ajustada às realidades nacionais, como no despreparo do próprio povo, para o exercício consciente e responsável da democracia, para o qual não o educa o Estado, por ser matéria omissa ou relegada nos currículos das escolas de todos os níveis, como ocorre com os estudos da nossa própria História, pelos quais muito se bateu o General Pantaleão Pessoa, como soldado e como cidadão, a começar pelo entusiasmo com que ele se devotou, desde o início da carreira, à exaltação do civismo. Basta lembrar o patriotismo com que ele se bateu pelas pregações de Bilac, em defesa do serviço militar obrigatório, afinal vitorioso.

Como soldado profissional, ele se destacou no movimento dos chamados "jovens turcos", que lutavam por ativar a instrução da tropa, beneficiando-a com as idéias e os regulamentos trazidos da Alemanha pelos oficiais selecio-

nados para estagiar do seu Exército. Apesar desse benemérito esforço, merecedor de todos os estímulos, assim não foi compreendido pelo espírito conservador dos mais graduados, despertando até má vontade e repressões o papel benemérito e construtivo que nele desempenhou a Revista *A Defesa Nacional*.

Eram incontestáveis os méritos e os altos propósitos dos seus diretores entre os quais figuravam oficiais de grande renome profissional: Bertholdo Klínger, Lima e Silva e Maciel Pinheiro, com os quais não vacilou em colaborar, com o maior devotamento, o então jovem Capitão Pantaleão Pessoa, que, por proposta do Capitão Klínger, passou a pertencer ao grupo mantenedor daquela benemérita Revista, que mereceu o apoio prestigioso do General Bento Ribeiro, a quem ele assim se refere, nas suas memórias:

“Bento Ribeiro — diz o General Pantaleão — era superior às facções. Não cometia o erro e a injustiça de afastar, sistematicamente, os oficiais chamados “germanófilos”, porque não podia desconhecer os serviços por eles prestados à criação de um Exército profissional e capaz. Aquelas circunstâncias (a derrota da Alemanha) não podiam envolver idéias políticas, nem impedir que o Brasil contratasse um núcleo valioso e experimentado de oficiais franceses para aperfeiçoamento do que tivéssemos de útil e seguir para diante, com material e regulamentos de nova procedência.”

Para ele, o essencial era dinamizar a instrução da tropa e tirá-la do marasmo em que jazia, pela falta de motivação profissional, o que desviava para outros focos de interesse a própria mentalidade predominante nos quartéis e nas escolas.

O grande problema da consolidação da nossa democracia brasileira, para o General Pantaleão Pessoa, sempre foi, ao longo dos tempos, separar os militares da política e a política dos militares. Ele mesmo o disse nas suas memórias: “Ainda hoje, depois de velho, a palavra ‘política’, por sua interpretação brasileira, pela sua controvertida aplicação aos fatos e pelas injustiças e misérias que desculpa, causa-me arrepios” — o que denominou de “política crioula”.

E a sua inalterável conduta como soldado profissional guardou exemplar fidelidade a essa linha de comportamento, de tenente ardoroso e entusiasta da profissão até as altas funções de Chefe de Gabinete Militar da Presidência da República e Chefe do Estado-Maior do Exército, a despeito das convulsões políticas e das vicissitudes que marcaram a sua carreira, que não vacilou em sacrificar, pela inconformação e o protesto da altivez do seu caráter em face da Constituição de 1937, outorgada por decreto, para substituir a de 1934, votada pelo Poder Constituinte.

Sua carta ao Ministro da Guerra assim termina: “Por achar que as Forças Armadas deviam garantir os poderes constitucionais e, por intermédio deles, pleitear as ga-

rantias necessárias ao bem público, e por terem sido punidos alguns honrados colegas, pelo crime de manifestarem, lealmente, suas opiniões, apresento a V. Exa., como Ministro da Guerra, as expressões do meu protesto e da surpresa que me acabrunha.”

Em resposta, foi preso por quatro dias no Batalhão de Guardas, sendo em seguida reformado administrativamente pelo Artigo 177 da nova Constituição, além das outras penas e provações com que ele foi, por obra das circunstâncias e dos altos dirigentes do Brasil, injustamente castigado. Encerrou-se, então, a sua honrada, brilhante e modelar carreira de soldado, no posto de General-de-Divisão.

Mesmo com a anistia concedida, no Governo José Linhares, aos Generais reformados pelo artigo 177 da Constituição outorgada em 1937, apresentou-se entregando o requerimento de transferência para a Reserva, retido pelo General Góes Monteiro. Fora criado o posto de General-de-Exército, ao qual, revertendo ao serviço ativo, teria acesso, em seguida ao General Góes, por ocupar o segundo lugar, em antigüidade, no posto de General-de-Divisão, além do que o direito lhe era assegurado pela sua participação na luta contra a intentona comunista, desde que o requeresse.

Mas isso, apesar dos muitos apelos, ele se recusou a fazer, terminando os seus dias como General-de-Divisão. Nem mesmo permitiu que continuasse em pauta o projeto do Deputado Plínio Barreto, que mandava promovê-lo. Era um

benefício que, além de caráter pessoal, não reparava os danos morais de que fora vítima.

Como velho admirador do caráter e do modelo de soldado profissional, que foi o General Pantaleão Pessoa, a passagem que me parece melhor caracterizar e sintetizar a sua dedicação inigualável ao serviço do Exército, como consciência e exemplo do soldado profissional, foi a obra notável que ele realizou na organização e no comando do Grupo Escola de Artilharia, por incumbência do General Leite de Castro, Ministro da Guerra depois da Revolução de 1930.

Dela não participara o General Pantaleão, que cumpria, com lealdade ao governo deposto, a sua função de Adido Militar no Uruguai.

Tratava-se, então, de premiar o mérito profissional, critério pelo qual, reconhecidamente apolítico, o General Pantaleão, surpreendido com a sua promoção, foi designado para organizar aquela famosa unidade, destinada a marcar um período novo na instrução militar, essencialmente voltada para o ressurgimento da profissionalização do Exército, que a Revolução deixara comprometida.

Ele soube cumprir impecavelmente o desafio da missão recebida, em circunstâncias tão desfavoráveis, com o entusiasmo, o devotamento e a experiência do notável e apaixonado oficial da Artilharia, de que sempre dera provas. O Grupo Escola, por ele primorosamente organizado e comandado, com a brilhante equipe de oficiais que se esmerou em se-

lecionar, marcou época na história da Arma de Artilharia, como bem o reconhecerem todos, a começar pelo próprio Ministro da Guerra, também artilheiro.

Essa foi, na vida militar do General Pantaleão Pessoa, a grande passagem que ele manteve, até o fim dos seus dias, mais presente às suas recordações, como eu pude bem testemunhar nas nossas constantes conversas de todas os sábados.

Sempre lúcido e tomado pelo entusiasmo de velho artilheiro, que nunca esmoreceu no seu espírito, levei-lhe, a seu pedido, um

disco da Canção da Artilharia, semanalmente usado como fundo musical das nossas conversas, quase sempre interrompidas quando ele, tomado pela emoção, começava a cantar aqueles versos marciais da letra de Jorge Pinheiro, que não lhe saíram da lembrança até o fim da vida.

Ainda hoje o recorde, no Caixaão mortuário, envolto na Bandeira Nacional, rodeado de seus familiares, amigos e admiradores, entre os quais, como os revejo agora, os representantes da Artilharia, naquela homenagem ao inesquecível Comandante do famoso seu inesquecível Grupo Escola.



Gen Ex Aurelio de Lyra Tavares serviu no Estado-Maior das Forças Armadas sob a chefia do General Mascarenhas de Moraes. Comandou o IV Exército e a Escola Superior de Guerra. Ministro do Exército no Governo Costa e Silva. Foi Embaixador do Brasil na França de 1970 a 1974. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio Benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Sócio do Instituto Histórico do Ceará e do Pen Clube. É membro da Academia Brasileira de Letras.